

A PETROBRAS E A CO²LONIZAÇÃO DE AOTEAROA

Em 1º de junho de 2010, somente 42 dias após o vazamento da plataforma Deepwater Horizon, operada pela BP, e 44 dias antes de o poço ser fechado, o governo neozelandês concedeu à Petrobras uma licença exploratória de óleo e gás na Bacia Raukumara, localizada na região de East Cape / Bay of Plenty, na ilha norte de Aotearoa (Nova Zelândia). A licença começa a meros 4km do litoral e se estende por 110km. A área concedida é de 12.330km². O governo neozelandês receberá somente 6% do valor que a Petrobras lucrar. Se o projeto for adiante, a Petrobras levará sua própria mão-de-obra, oferecendo alguns poucos postos de emprego de curta duração.

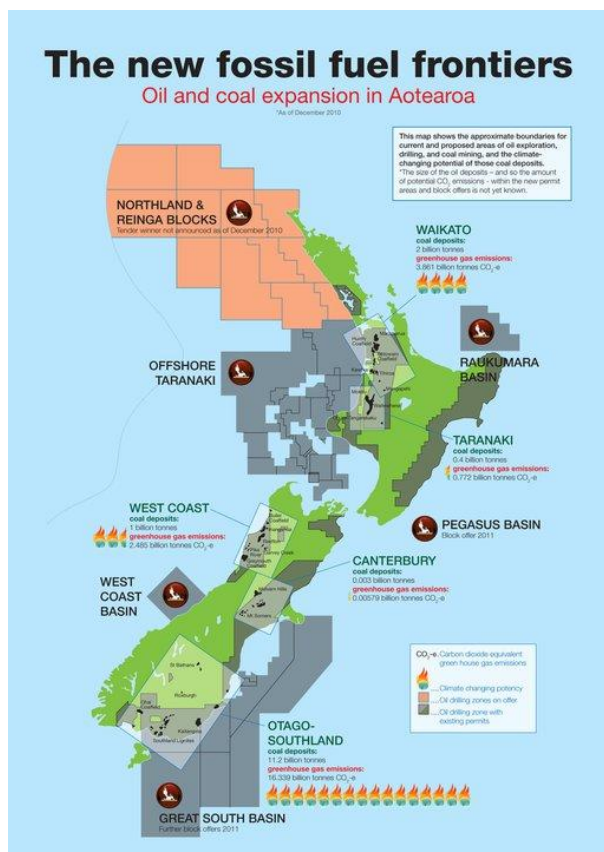
A área a ser explorada é tradicionalmente usada para pesca por povos indígenas das tribos e sub-tribos Te Whānau-a-Apanui e Ngāti Porou. Não houve qualquer consulta prévia a essas comunidades.

O Partido Nacional da Nova Zelândia foi eleito, em 2008, para liderar um governo de coalizão comprometido a liberar trechos de terra e mar por todo o país para a exploração de petróleo, gás e a extração de outros minerais, em nome do desenvolvimento econômico nacional. Uma política de abertura de minas em terras de conservação foi abandonada em 2010, quando houve forte oposição pública ao projeto, com apoio de muitas organizações ambientalistas. As licenças que permaneceram válidas para exploração cobrem uma área 42 vezes maior que aquela que está sendo explorada atualmente, por quase toda a Aotearoa.

Um navio contratado pela Petrobras chegou recentemente nas águas da Nova Zelândia e já começou a trabalhar na costa de East Cape. Em resposta a uma chamada de oposição à perfuração de petróleo em mar aberto em East Cape, uma flotilha de navios partiu de Auckland com chegada prevista em East Cape no sábado, dia 2 de abril, onde se encontrará com os Maori para decidir um plano de ação. Foi solicitado que moradores acendam fogueiras nas praias e encontros 'hui' estão sendo convocados para mobilizar as comunidades em terra.

A porta-voz dos Te Whanau a Apanui, Dayle Takutimu, solicitou apoio de todo o país, em um momento em que a gigante petrolífera brasileira deve iniciar pesquisas sísmicas em East Cape.

“Estamos decididos a defender nossas terras e águas ancestrais da prática destrutiva de perfuração de petróleo em mar aberto. Isso é uma questão para todos na Nova Zelândia e convocamos aqueles que apóiam a oposição a estar conosco na defesa daquilo que todos estimamos”, declarou a porta-voz.



IMPACTOS LOCAIS

A Bacia Raukumara está localizada em uma falha geológica ativa e de grandes proporções. Em uma área de intensa atividade sísmica como a Bacia Raukumara, há grande possibilidade de danos serem causados a qualquer instalação sub-aquática (poços, tubulação) no caso provável de a região ser atingida por um terremoto. A área a ser explorada é regularmente atingida por terremotos de magnitude +4 ou +5 e se encontra na mesma falha sísmica que recentemente assolou a cidade de Christchurch, na Ilha Sul.

O enorme vazamento de petróleo e gás no Golfo do México, que levou três meses para ser controlado e derramou milhões de barris de petróleo no mar, era uma perfuração exploratória. A profundidade da perfuração era de 1500 metros. Na Bacia Raukumara, a profundidade proposta é de 1500 a 3000 metros, mas a Nova Zelândia não está preparada para lidar com um vazamento de grandes proporções e não possui meios de compensação adequados e executáveis. Não se sabe quais serão os impactos dos estrondos sísmicos de 240db vindos do navio durante a fase sísmica exploratória na vida marinha, particularmente no que diz respeito aos mamíferos. A área está no centro de uma bem-documentada rota de migração de baleias.

A história da região gira em torno da moana (mar), e os Iwi (tribos Maori) contam muitas histórias sobre o significado cultural e espiritual do mar. O mar, que guarda a história dos Iwi, está sendo ameaçado pela Petrobras em função de sua busca por hidrocarboneto e lucro, em nome de seus acionistas.

Desde sempre, a vida diária das comunidades Maori do East Cape, a tikanga (costumes) e a whakapapa (ancestrais) têm uma ligação estreita com o mar. “O mar está eternamente em nossas vidas”, diz Ora Barlow, membro de uma comunidade costeira.

PETROBRAS, A GIGANTE

Recentemente, a Petrobras se tornou a terceira maior empresa petrolífera do mundo, após conduzir a maior oferta de ações na história do capitalismo, especificamente para angariar fundos para a exploração de petróleo offshore, em um momento em que o mundo está à beira de uma mudança climática desgovernada e as reservas globais de petróleo atingiram o ponto máximo. Projetos de extração cada vez mais perigosos estão se tornando lugar-comum. Como resultado, as comunidades mais diretamente atingidas pela exploração de reservas de combustíveis fósseis estão enfrentando níveis de risco sem precedentes, enquanto as empresas visam ao que chamam de reservas de combustíveis fósseis ‘não convencionais’.

O governo brasileiro está contando com o lucro da Petrobras para financiar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como parte do programa, o governo brasileiro está investindo em enormes projetos de infra-estrutura, incluindo a controversa Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Planos de construir a barragem no Xingu têm sido usados como alternativa ecologicamente eficiente em inúmeros programas de relações públicas ao longo de duas décadas, apesar de intensos protestos nacionais e internacionais. Caso seja construída, Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, forçando mais de 20 mil pessoas a deixarem suas casas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, e afetando diretamente os territórios Paquiçamba e Arara, das tribos indígenas Juruna e Arara.

O governo neozelandês concedeu a uma empresa estrangeira com um histórico socioambiental repugnante a permissão de ameaçar essas comunidades costeiras sem qualquer consulta prévia. Um vazamento de petróleo significaria nada menos que genocídio cultural para uma região que tem conseguido, apesar de todas as dificuldades, preservar grande parte de seu cuidado tradicional com a terra e conhecimento tradicional sobre manejo ambiental. Toka Tū Moana é uma conhecida frase das comunidades e declara firmeza e resiliência, permanecendo firmes e inabaláveis, apesar da adversidade. As comunidades se esforçam para preservar o conhecimento de manejo ambiental, e muitos programas para as comunidades retornarem a verdadeiros estados de resiliência estão em andamento. “Nossos tipuna (ancestrais) viviam uma vida sustentável, nós também podemos, eles contavam com a whanaungatanga (vida coletiva), e nós também” - Ani Pahuru-Huriwai, Ngati Porou

Um vazamento de petróleo e a mudança climática podem destruir toda a capacidade da comunidade costeira de preservar qualquer nível de soberania alimentar tradicional e auto-suficiência que ainda permanecem.

REAÇÃO DA COMUNIDADE

Quando o governo anunciou que concederia essa licença à Petrobras, os Maori demonstraram sua oposição aos planos da petrolífera e ao governo neozelandês ao construir fogueiras ao longo da costa. Pahuru-Huriwai, de Ngati Porou (uma das comunidades mais próximas da área concedida), disse: “Essa foi a maneira através da qual informamos uns aos outros, sinalizamos aos outros na época – através do fogo. Neste caso, estamos dizendo que estamos contra a Petrobras. É uma ameaça séria a nós e à nossa kapata (‘despensa/ reserva de comida’). Não é somente uma questão para os Maori – nós achamos que todos os Kiwis (neozelandeses) devem se preocupar. Todos que estão com medo do que está acontecendo têm que estar aqui.”



Vários meses após o protesto e sem nenhuma sinalização de que a Petrobras ou o governo neozelandês mudariam seus planos, um festival de música sob a bandeira ‘Parem com a Perfuração’ foi organizado em Te Kaha, uma região adjacente à área de concessão. Mil e quinhentas pessoas compareceram para mostrar apoio, fazendo parecer pequena a população residente naquela área tribal. Multidões gritavam ‘Parem com a Perfuração!’ e falavam sobre proteger suas comunidades de um ataque por mar.

A Petrobras abordou runanga (líderes tribais) locais e iniciou um processo de comunicação com eles. Os runanga comunicaram à Petrobras que as comunidades não darão consentimento para que a empresa dê continuidade ao projeto. A liderança Iwi está se preparando para dar entrada em um pedido de revisão judicial da decisão que concedeu a licença e para se comunicar com a Organização das Nações Unidas (ONU). Com a ajuda de ambientalistas, pescadores e outros, Maori locais criaram o Grupo de Ação Ahi Ka, para liderar uma campanha a favor da revogação da licença e da decisão de não explorar a área.

O Grupo de Ação Ahi Ka já distribuiu 20 mil folhetos para sensibilizar a opinião pública, criou uma página na internet e pressionou autoridades locais a apoiarem os esforços para prevenir as atividades de exploração e extração na área de concessão. O grupo tem se conectado com indivíduos e grupos em outras partes de Aotearoa e em outros países que também se encontram sob ameaça de mineração.

UM MOVIMENTO ESTÁ SE FORMANDO

Com uma enorme parte de suas terras e mares sendo liberados para companhias mineradoras, comunidades em todo o país estão se preparando para se defender.

Na costa oeste da Ilha Norte, comunidades Taranaki também estão sob ataque terrestre e marítimo com 13 novas licenças costeiras/onshore e 15 novas licenças offshore sendo concedidas pelo governo. Parihaka, um assentamento de enorme relevância cultural e histórica que, nas décadas de 1870 e 1880, tornou-se o centro de uma importante campanha de resistência pacífica à ocupação europeia de terras confiscadas, já está rodeado de projetos de exploração de petróleo e gás e ainda está tendo que lidar com outros projetos. A companhia Greymouth Petroleum tem sua atenção voltada à área norte até o centro de Taranaki, enquanto as companhias Kea Petroleum, TAG Oil, Green Gate, L&M Energy e Todd Energy visam ao resto do interior das partes leste e sul de Taranaki. Existe muita preocupação em torno do aumento de uso da técnica de fraturamento hidráulico para acessar reservas de petróleo e gás nessa área, um processo de extração altamente perigoso e recentemente banido de algumas partes dos Estados Unidos.

No sul, a estatal Solid Energy e outras empresas de carvão querem extrair quantidades enormes de linhita, um carvão de baixa qualidade que é encontrado sob terras de fazendas em Southland. Planejam transformar o carvão em briquettes, uréia fertilizante e diesel sintético. Pelo menos 6.3 bilhões de toneladas de linhita são técnica e economicamente recuperáveis em 10 grandes depósitos em Otago e Southland. Os recursos de linhita são de aproximadamente 11 bilhões de toneladas. Vários grupos locais e nacionais estão se preparando para impedir esses projetos.

No norte, concessões para uma ampla gama de atividades mineradoras, incluindo a extração de ouro, estão motivando comunidades a se envolverem em ações defensivas. Comunidades estão se juntando a outras e um movimento a nível nacional está sendo formado para impedir a perfuração pelo país.



JUSTIÇA CLIMÁTICA

Claramente, esse não é um fenômeno novo. A Petrobras e a indústria de combustíveis fósseis de maneira geral têm uma longa e sangrenta história de ameaça à existência de comunidades para ter acesso a reservas de combustíveis fósseis mundialmente. “Essa é uma questão internacional e precisamos assegurar que temos forte apoio local e depois globalizar” - Ora Barlow, Te Whānau-ā-Apanui

Como ilustram os casos do vazamento de petróleo da BP e das comunidades humildes mais gravemente atingidas pelo furacão Katrina, as comunidades mais vulneráveis à destruição ambiental são também as mais susceptíveis a crises climáticas. Aqueles atingidos primeiro e mais gravemente são frequentemente os

que menos devem ser responsabilizados pela crise. Estão ativamente liderando a luta contra os principais poluidores do clima. Eles exigem apoio e solidariedade mundial na defesa de suas respostas a uma crise ecológica que eles não causaram ou a partir da qual obtiveram lucros incalculáveis.

Enquanto políticos trapaceiam nas negociações internacionais para combater a mudança climática desgovernada, com suas mãos atadas aos mais poderosos consórcios de companhias que o mundo já viu, essas comunidades e outras indiretamente atingidas pelas causas e impactos da crise climática estão se unindo e derrotando-os em seus próprios quintais.

“Nos unimos a outros hapu, outros iwi, outros neozelandeses que se preocupam com o meio-ambiente. Precisamos continuar pressionando o governo e mostrar liderança a longo-prazo, transformar Aotearoa em um país de energia renovável, não mais dependente de combustíveis fósseis como petróleo e gás, os quais o ser humano está rapidamente esgotando. Somos um país livre de energia nuclear; precisamos também ser um país livre de combustíveis fósseis! - Ani Pahuru-Huriwai, Ngati Porou

“Precisamos apoiar aqueles que levam essa kaupapa (causa) ao cenário internacional. Precisamos nos unir a outros povos indígenas e aprender com suas experiências.” - Ani Pahuru-Huriwai, Ngati Porou

Links

[Flotilla Heeds Iwi's Call to Stop Deep Sea Oil](#)

stopdeepseaoil.org.nz

nodrilling.wordpress.com

[climate justice taranaki](#)

Precisamos urgentemente de seu apoio, solidariedade e união!

1. **Entre em contato com a imprensa em seu país;** escreva um press release em apoio às comunidades da Nova Zelândia que estão sendo ameaçadas pelas atividades mineradoras e em apoio a seus esforços para se defender. Cobertura internacional é necessária para pressionar a Petrobras e o governo neozelandês agora.
2. **Use essa informação para alertar suas redes de contato** e membros de sua organização para o que está acontecendo na Nova Zelândia, através de listas de emails, informativos, revistas, boletins, etc.
3. **Envie mensagens de apoio e solidariedade** ao Grupo de Ação Ahi Ka contando às comunidades costeiras que estão lutando contra a Petrobras que elas não estão sozinhas, que são parte de um movimento mundial por justiça climática.
4. **Junte-se a nós no dia 20 de abril para o [Dia Mundial de Ação contra a Extração](#)**, no primeiro aniversário do vazamento de petróleo da BP. Considere a possibilidade de organizar uma ação contra a Petrobrás e outras empresas de combustíveis fósseis em seu país, como uma forma de construir vínculos entre a sua organização ou comunidade na luta contra a Petrobrás [ou outras companhias extrativistas] e as comunidades de Aotearoa ameaçadas pelos atuais projetos de extração de combustíveis fósseis.